

Matos Fernandes: Valorizar o território “é criar riqueza e bem-estar para todos”

22 de Setembro, 2020

A edição 2020 do Portugal Smart Cities Summit arrancou, esta terça-feira, no Centro de Congressos de Lisboa. Até ao dia 22 de setembro, estão previstos 70 oradores nacionais e internacionais, presencialmente e na plataforma digital, para falar sobre os grandes temas da atualidade e com uma visão real para o futuro do território e para a economia.

João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática, iniciou o seu discurso destacando a “diversidade” que Portugal tem, bem como o “espaço território” e a “enorme riqueza que esse território nos dá”, não restando dúvidas de que “Portugal não tem um metro quadrado a mais”. Nesta visão, é crucial que haja um “programa completo para valorizar todo o território”, declara, acrescentando que a “maior riqueza numa organização de um país são as pessoas” e num país “um território é também um enorme fator de riqueza”. E é precisamente no “território” que assenta a grande aposta nos próximos anos: “Tem de ser a matriz de todas as políticas e tem de ter uma leitura territorial”. Para o chefe da pasta do Ambiente e da Ação Climática, o “estranho momento” que o mundo vive tem que ser “razão para acelerar políticas mais próximas e criar melhores oportunidades” até porque, a “sustentabilidade” é o “grande fator de criação de riqueza” no país.

“Há um bom divórcio entre o que é a economia a crescer e as emissões, ao mesmo tempo, reduzirem”

O facto do Ministério do Ambiente ter “agendas muito claras” faz com que haja “consciência” de que “estamos de facto muito bem preparados para o que aí vem”, declara o ministro, dando nota de que “vamos triplicar aquilo que são as verbas canalizadas para ação climática”, estando todas as matérias desenhadas no plano. Segundo Matos Fernandes, há um conjunto de projetos que, sendo aqueles que têm maior dimensão financeira, são os mais “fáceis de concretizar” e para os quais “estamos preparados para o fazer”, havendo total perceção de que “os custos de contexto para os investimentos públicos são muito maiores do que para os de investimento privado”, daí que o IRR, (investimento para a retoma) tenha uma “fatia expressiva de dinheiro para melhorar e informatizar a administração pública”.

Por outro lado, “há um conjunto de projetos transformacionais” que, embora com “menor dimensão de envelope financeiro” são os que fazem a diferença, diz o responsável, dando como exemplo a “eficiência energética, bioeconomia, um outro olhar sobre as embalagens ou a eletrificação da mobilidade associada ao e-commerce”. E nestes projetos, não restam dúvidas de que o Ministério do Ambiente “vai ter mesmo que encontrar parcerias certas” para os desenvolver e concretizar, havendo necessidade de uma maior “abertura” nesse sentido.

Já sobre os desafios – reduzir 85% das emissões até 2050 – o ministro do Ambiente e da Ação Climática, destaca a realidade da “grande mudança” que muitos setores terão de implementar, nomeadamente ao nível da indústria e da globalidade dos setores produtivos: “Portugal só o consegue se tiver nas autarquias ou nas empresas parceiros fundamentais” para acompanhar e responder aos desafios.

Em 2019, Portugal cresceu acima da média europeia. Nesse ano, a União Europeia reduziu em 4,3% as emissões de CO₂ e Portugal 8,5%. Estes números são a “prova de que em Portugal há um bom divórcio entre o que é a economia a crescer e as emissões, ao mesmo tempo, reduzirem”, declara Matos Fernandes, destacando ser fundamental para aqueles que pensam que a “descarbonização é um entrave” ao desenvolvimento do país: “Pensam mal! Investir na sustentabilidade, na descarbonização e na realização de recursos é criar riqueza e bem estar para todos”.